

SÍNTESE E CONCLUSÕES PRINCIPAIS
DO
1º ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL
Póvoa de Varzim | 28 e 29 de setembro

ARTUR FERNANDES COSTA
VITOR MARTINS PRIMO
FACULDADE DE CIÊNCIAS NATURAIS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO
RUA AUGUSTO ROSA, 24 – 4000-098 PORTO (PORTUGAL)
EMAIL: ARTURFCOSTA@ULP.PT; WWW.ULP.PT

1 – Descrição

A Póvoa de Varzim foi o local escolhido para acolher o 1º Encontro Nacional de Serviços Municipais de Proteção Civil (PCM 2012), que decorreu nos dias 28 e 29 de setembro, no Auditório Municipal.

Organizado pela Faculdade de Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologias da Universidade Lusófona do Porto, com o apoio da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o evento incluiu diversas palestras, assinatura de protocolos, debates, exposições de pósteres e de diversos equipamentos de proteção civil, workshops e ainda cursos de formação.

Numa iniciativa inédita que contou com cerca de 300 participantes provenientes de todo o país e partindo de realidades municipais muito diversas, o encontro procurou iniciar um debate nacional sobre os papéis e o enquadramento dos Serviços Municipais de Proteção Civil no âmbito das autarquias e no próprio Sistema Nacional de Proteção Civil, lançando bases para a criação de uma rede cooperativa entre Serviços capaz de promover a qualificação e a uniformização de estruturas, de meios e de funcionamento e contribuir para o aumento da sua eficácia.

A sessão de abertura contou com a presença da reitora da Universidade Lusófona do Porto, Isabel Babo, do secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d'Ávila, do

presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, José Macedo Vieira e do diretor geral da Autoridade Marítima, Álvaro Cunha Lopes.

O presidente da comissão organizadora, Artur Fernandes Costa deu as boas vindas aos participantes, apresentou as principais razões que motivaram a organização do encontro e referiu os seus objetivos principais.

O presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim referiu a necessidade de se trabalhar no domínio da sensibilização pública de forma a ultrapassar a tendência de desresponsabilização dos cidadãos, deu exemplos de boas práticas implementadas no seu município e apelou à urgência de concretização de um adequado planeamento florestal.

Nesta sessão foram ainda destacados o papel e competências da Autoridade Marítima e as vantagens da ligação entre a universidade e a sociedade civil.

Na conferência plenária inaugural, o Secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d'Ávila, destacou o papel fundamental das autarquias no sistema nacional de proteção civil referindo que os riscos de hoje não são os de ontem e enfatizando a necessidade de uma resposta rápida, eficaz e articulada. Destacou ainda que a prevenção deve ser a aposta principal, que é essencial a informação e sensibilização da população e que a formação tem um papel decisivo na prevenção e na atuação. Referiu a importância dos planos municipais de emergência, reconheceu que o país tem situações muito diversas neste domínio mas concluiu que a proteção civil só estará preparada para intervir de forma eficaz quando as autarquias apostarem de uma forma séria nos serviços municipais de proteção civil.

No primeiro painel, o vice presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim falou da realidade do seu município que vive “com um pé na terra e outro no mar”, deu exemplos do trabalho realizado em relação aos incêndios florestais e à segurança das praias, referiu a vertente de assistência social na resolução de situações diversas realçando o conhecimento que o SMPC tem das pessoas, do local onde moram e das condições em que vivem.

Já Duarte Caldeira, ex-presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, defende “uma revisão da Lei n.º 65/2007, que permita uma adequação do sistema a um novo paradigma de responsabilização dos municípios nesta importante vertente da gestão municipal” ao mesmo tempo que critica o vazio que em matéria de responsabilidade política ficou criado após o desaparecimento dos governadores civis. Propõe uma nova organização e o reforço continuado do sistema de resposta baseado em estruturas municipais reforçadas e intermunicipais a criar. Critica também vários aspetos e “equivocos graves” da Lei, nomeadamente a figura do Comandante Operacional Municipal, “que nada comanda”, e propõe “a criação de Comandantes Regionais, dependentes do Comando Nacional de

Operações de Socorro da ANPC, tendo por base as 28 NUT III existentes no território do continente” com eliminação dos atuais comandos operacionais distritais. Defendeu ainda o estabelecimento de perfis funcionais e profissionalização para quem trabalha nos SMPC, a realização de estudos técnicos e científicos sobre os riscos que ameaçam o território municipal e intermunicipal, a participação da proteção civil no processo de gestão municipal e de construção da resiliência do respetivo território e a constituição de grupos de cidadãos para ações de voluntariado de proteção civil

No segundo painel, foram apresentados por Manuel João Ribeiro os desafios e oportunidades do planeamento de emergência para concluir da importância do nível municipal e da coordenação que permita eliminar fragmentações no sistema. Referiu ainda que muitos planos são demasiado extensos e poucos operacionais.

Em relação à segurança contra incêndios em edifícios, Vitor Primo destacou a importância do risco de incêndio em meio urbano que é normalmente negligenciado apesar de se continuar a registar um elevado número de vítimas em Portugal neste tipo de ocorrências. Foi lançado aos SMPC o desafio de elaboração de cartas de risco de incêndio urbano e de preparação de planos de intervenção, sobretudo nos centros urbanos antigos que constituem as zonas mais vulneráveis.

Foram ainda apresentadas de forma detalhada as questões relativas à problemática do socorro e a interface de responsabilidades na orla costeira.

No painel três, Paulo Soares abordou o tema do risco aeronáutico decorrente da “operação normal”, de operações de emergência e proteção civil e de eventos desportivos numa perspetiva da elaboração de planos de emergência. Conclui pela necessidade, especialmente nos planos municipais, de se considerarem sempre a existência de infraestruturas aeroportuárias, de corredores aéreos ou de áreas de treino e ação especial e os tipos de aeronaves, bem como de se providenciarem meios de combate e treino de agentes para este tipo específico de acidente.

Maria do Céu Costa analisou a problemática do risco químico, nomeadamente dos locais de produção, armazenamento ou manuseio e o transporte de matérias químicas perigosas, e das metodologias para o caracterizar local e espacialmente, defendendo que “a perspetiva futura será a construção de uma plataforma integrada em que as fontes de contaminantes ambientais, os meios de comunicação, a avaliação de riscos com biomonitorização humana, os riscos socioeconómicos e os dados de saúde são ligados por SIG, oferecendo um conjunto de ferramentas estatísticas para analisar as relações entre o ambiente, geografia e a saúde humana, com base científica e gestão operacional efetiva”.

Já Carlos Guerra debruçou-se sobre a temática dos acidentes rodoviários, apresentando metodologias para a análise e produção de cartografia de suscetibilidade relativa a este risco baseado num estudo de caso. Conclui pelas vantagens da segmentação dos acidentes e sua da referenciação geoespacial numa base supramunicipal e, decorrente da forma dispersa como encontrou os dados disponíveis sobre a região em estudo, defendeu a necessidade de se criarem soluções padronizadas de registo e de partilha de informação sobre acidentes rodoviários em Portugal.

No workshop da tarde, a empresa Matelfe, SA., fez a apresentação de uma solução inovadora que desenvolveu para a fixação de transformadores em postos de transformação de energia elétrica na eventualidade de eventos sísmicos graves. Para além dos aspetos de continuidade do fornecimento de energia elétrica na sequência de um sismo, a existência no interior dos postos de transformação de transformadores elétricos com elevada massa, comportando volumes apreciáveis materiais especialmente combustíveis (óleos minerais) e, frequentemente, muito mal amarrados exige soluções de fixação eficazes e capazes de resistir às solicitações dinâmicas em caso de sismo. A empresa apresentou um novo sistema que demonstrou capacidade de resistir às mais elevadas acelerações sísmicas através de ensaios reais e que amplia o potencial dos sistemas disponíveis no mercado.

Na conferência plenária da tarde, Domingos Xavier Viegas, eminente estudioso dos incêndios florestais, numa extensa intervenção em que reafirma que em Portugal a esmagadora maioria desses incêndios continua a ter origem humana, defendeu que é necessário e urgente um ordenamento do território que retire casas do interior da floresta ou que, em localidades consolidadas, se criem zonas de proteção eficazes, de modo a libertar os bombeiros para o combate efetivo aos incêndios em vez de se limitarem a proteger habitações. Simultaneamente, considera importante a sensibilização das populações e a sua formação para uma postura mais informada e responsável.

Referiu que a defesa da floresta é um tema de longo prazo e que não se coaduna com os ciclos políticos e eleitorais. Relembrou que as pessoas estão no princípio e no fim do processo dos incêndios florestais e que todas as estratégias devem ser dirigidas para elas. Destacou o papel de proximidade das autarquias, especialmente das juntas de freguesia, e defendeu o reforço da componente técnica que deve assumir-se pela competência.

Apresentou justificações técnicas para a tese de que “há incêndios florestais que não se conseguem apagar” e que “há situações em que a natureza pode mais do que nós” e sublinhou a necessidade de medidas preventivas, do envolvimento das pessoas, de um correto planeamento florestal, das faixas de gestão de combustível e das casas resilientes

ou do estabelecimento de zonas de segurança e áreas seguras em torno das zonas urbanas com interface florestal.

No painel 4 foi apresentado por Daniel Catalão o aspeto crítico da comunicação em ambiente de crise. De uma forma leve e através de metáforas e citações diversas alertou os agentes de proteção civil para inevitabilidade de terem que lidar com os jornalistas e com difusão das notícias pelo que devem fazê-lo de forma cooperativa e inteligente, não valendo de nada a resistência ou hostilidade ao processo de produção das notícias.

Filipe Távora falou da estratégia e da prática da ANPC na sensibilização e comunicação, sublinhando o papel na consciencialização das pessoas para os riscos coletivos e para as necessárias atitudes preventivas.

No quinto painel foi abordado o tema “instrumentos de análise e gestão de risco”.

Na primeira comunicação José Luís Zêzere apresentou um estudo de caso de movimentos de vertentes de uma região do país para sublinhar a importância da cartografia de risco nos planos municipais de emergência.

Em seguida, Eunice Marques relatou a experiência da Marinha Grande na utilização de ferramentas SIG no apoio à gestão de riscos. Realçou a experiência adquirida e a participação ativa na revisão do PDM. Referiu também que os SIG são ferramentas essenciais mas que é sempre necessário conhecer o território com os pés.

Pedro Venâncio apresentou um caso de produção de cartografia de risco de incêndio florestal com recurso a software open-source aplicado ao município de Pinhel e demonstrou a facilidade de aplicação e a fiabilidade dos resultados obtidos.

A terminar este painel, Carlos Bateira referiu a importância das plataformas digitais na ação da proteção civil, sobretudo nos domínios da prevenção e previsão. Sublinhou a utilidade de inventários rigorosos, consistentes e orientados e a importância da sua validação. Defendeu ainda a necessidade de convergência entre o planeamento de proteção civil e de ordenamento do território.

No sexto painel, Catarina Ramos, depois de fazer a distinção entre cheias e inundações, debruçou-se sobre estes fenómenos hidrológicos extremos na perspetiva da sua avaliação e caracterização enquanto fenómenos perigosos. Destaca a importância de uma ação concertada entre as políticas de proteção civil e as de ordenamento do território, no sentido de mitigar o risco associado a estes fenómenos. Defende que as futuras cartas de risco vão permitir um acompanhamento mais eficaz da gestão territorial das áreas inundáveis potencialmente perigosas para o que devem representar, além da perigosidade, os elementos expostos às inundações.

Tomando por base a observação direta das áreas afetadas por grandes sismos recentes no sul da Europa em diferentes momentos e uma análise comparativa, Hugo Rodrigues apresentou exemplos de sinistralidade extrema e analisou soluções seguidas diversamente pelas comunidades afetadas para a recuperação de danos que sublinham a vulnerabilidade sísmica das construções. Ao nível de edifícios, identificou prioridades e procedimentos para a sua estabilização após sismo evitando danos subsequentes e recuperações posteriores.

Henrique Sá sublinhou a vulnerabilidade das redes elétricas de energia em face de eventos sísmicos de maior magnitude, com exemplos que justificam cuidados especiais pois, para provável interrupção do fornecimento de energia, envolvem riscos de diferentes tipos e perdas importantes de equipamentos. Conclui pela necessidade de ser reforçada a robustez dos sistemas elétricos de energia em diferentes domínios, nomeadamente ao nível dos postos de transformação pelos perigos que envolve a sua destruição, e imputou parte importante dessa responsabilidade às entidades que são também responsáveis pela sua exploração.

Finalmente, João Domingos Sanches abordou a questão das representações sociais dos riscos naturais e tecnológicos com base num estudo de opinião realizado em diferentes comunidades de Portugal e Espanha, sublinhando que a perceção do risco pelas populações parece estar desligada da realidade geralmente intuída pelos agentes de proteção civil, criando um espaço de investigação das razões para tal e demonstrando que, por exemplo, pode estar em causa a eficácia de campanhas de sensibilização como habitualmente concebidas.

Na sessão de encerramento estiveram presentes o administrador do Grupo Lusófona e da Universidade Lusófona do Porto, Manuel de Almeida Damásio, o vice-presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Aires Pereira, o Presidente da empresa Matelfe-Instalações Elétricas, SA., Henrique Sá, e a representante da Direção do Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, Olga Vide, tendo estas duas últimas instituições assinado protocolos de cooperação com a Universidade Lusófona do Porto durante esse ato.

No final, os participantes confraternizaram num Porto e Verde de Honra exemplarmente servido por estudantes e professores da Casa Escola Campo Verde a todos os participantes, havendo oportunidade para uma troca útil de contactos bem como de impressões finais.

2 – Síntese

Ao longo das diferentes sessões foram diversos os temas discutidos, nomeadamente: Organização, estratégia e enquadramento dos SMPC; Planeamento e organização da emergência; Riscos tecnológicos; Riscos naturais e perceção do risco; Sensibilização e Comunicação; Instrumentos de análise e gestão do risco; A problemática dos incêndios florestais em Portugal, entre outros. Complementarmente, realizaram-se ações de formação em: Soluções *open source* para SIG; Segurança de Eventos de Âmbito Municipal; Planeamento e execução de exercícios de PC.

Partindo de uma análise que foi muito para além das realidades municipais e que frequentemente teve como pano de fundo os incêndios florestais do último verão e algumas críticas aos atuais modelos de organização da proteção civil, foram várias as propostas e conclusões, a começar no reconhecimento da importância central do papel dos Serviços Municipais de Proteção Civil dentro nas autarquias e na necessidade de uma aposta séria na formação e qualificação de recursos humanos, tal como foi salientado pelo secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d'Ávila, na conferência plenária inaugural.

Outras conclusões e propostas foram amplamente apresentadas e debatidas, nomeadamente: a necessidade de incorporar a Proteção Civil como variável do processo de gestão municipal e de construção da resiliência do respetivo território; promover a profissionalização de quadros que desempenham funções nos Serviços Municipais de Proteção Civil e a sua contínua atualização numa lógica de reforço continuado das suas competências; promover programas, estudos técnicos e científicos sobre os riscos numa base municipal e intermunicipal; sensibilizar e formar as populações, organizando grupos locais de voluntários, para ações de voluntariado de proteção civil, e dotá-los de meios que permitam o envolvimento dos cidadãos na construção de defesas das comunidades.

3 – Conclusões principais

- Os serviços municipais de proteção civil (SMPC) são o elo fundamental da proteção civil;
- O esforço principal deve ser feito na prevenção;
- É determinante o contributo da proteção civil para o planeamento do território bem como é igualmente importante o contributo do planeamento do território para a ação da proteção civil;

- É necessário reforçar a sensibilização, formação e envolvimento dos cidadãos;
- A profissionalização dos quadros que desempenham funções nos Serviços Municipais de Proteção Civil é fundamental para o seu desenvolvimento e eficácia;
- É necessário um reforço da formação e competência técnica dos técnicos dos SMPC;
- É urgente reforçar os mecanismos de coordenação entre os vários agentes;
- Devem ser elaborados programas, estudos técnicos e científicos sobre os riscos numa base municipal e intermunicipal;
- Organização de grupos locais de voluntários para ações de voluntariado de proteção civil que aumentem a resiliência da comunidade;
- É urgente a revisão do quadro legal vigente no domínio da proteção civil;
- As plataformas digitais e os SIG são fundamentais no planeamento de emergência;
- A comunicação e a informação são aspetos críticos na proteção civil;
- Há necessidade de reforçar a investigação interdisciplinar em diferentes campos de atuação da proteção civil para a consolidação de conhecimento e práticas na área, havendo grandes oportunidades para as universidades aí se envolverem bem como para as instituições externas a elas recorrerem.